As praxes - universidade do abuso

A abertura de um debate sobre as praxes e a canalização de informações e testemunhos sobre o aconteceu na praia da Meco (onde morreram seis jovens) e sobre o que aconteceu no passado (jovens assassinados cujos casos as instituições não deram importância; jovens abusados cujas súplicas foram levadas para a brincadeira e caladas, até que agora têm oportunidade de serem expostas) é de uma enorme relevância social: vivemos numa sociedade abusadora dos seus membros e estamos a tomar consciência disso, outra vez.

Da última vez, em Portugal, foi com a Casa Pia. Também nesse caso a comunicação social (apesar de amordaçada e sujeita a todas as vilezas) conduziu uma investigação que os órgãos de polícia e judiciais se recusaram a fazer antes. Assim como os educadores das crianças abandonadas e isoladas pela vida não só se tinham recusado a fazer como estavam até habituados a pensar que os abusos eram normais. Até porque alguns deles eram também praticantes de abusos sexuais às crianças e jovens. Descobriu-se então o mestre Américo, pregador no deserto durante anos, sem qualquer eco.

É, portanto, sintomático, que a par do escândalo das praxes, a ministra da justiça venha revelar a sua brutalidade ao propor para Portugal um programa de estímulo da estigmatização social contra alegados pedófilos, em vez de combater os abusos de poder – sejam sexuais de crianças, de facto os mais repugnantes, sejam os outros.

Nada a esperar desta classe política a não ser abusos de poder. Também ela entende serem tais abusos normais. Como bem sabemos. A proposta de retomar o caso Casa Pia para propor aos portugueses que se vinguem dos abusadores que sejam apanhados pela justiça (que não funciona) é uma forma de distrair o ódio que a classe política está a promover (contra si) juntos dos populares. Quando o que há a fazer é transformar esse ódio (justificado) em forças positivas de reconstrução de uma sociedade pervertida pela corrupção política e moral.

Propor aos portugueses uma lei cuja avaliação negativa está feita é um acto de perversidade. É mais uma proposta para abusar dos portugueses, num tema que o Estado ignorou enquanto pode e actualmente trata mal (seria preciso começar por discutir e avaliar os efeitos práticos da criminalização dos abusos sexuais).

Do mesmo modo, as praxes comportam uma dimensão de segredo (entre os praxistas contra os praxados, para lhes fazerem medo mas, sobretudo, para abusar dos mais frágeis de entre eles/elas), de alheamento das autoridades universitárias, de silenciamento das vítimas, de estigmatização do saber, do trabalho intelectual e da ciência, de cumplicidade da sociedade – que assiste e não sabe como actuar perante a estupidez dos “doutores”.

A ignorância sobre o que é a violência – monopolizada pelo Estado, em defesa dos seus próprios segredos – bem como a pragmática individualista dominante, são um dos pratos forte do ensino. Basta assistir ao desespero das escolas para lidarem com a violência das crianças (ignorando a violência da própria escola contra crianças discriminadas pelas suas origens sociais), o recurso às polícias e até a criminalização para “educar” os jovens. As praxes, prato forte das universidades portuguesas, começa a perceber-se, é uma forma de reconhecimento dos humilhados para reforçar a aceitação das humilhações e para a sua reprodução.

O que as escolas e as universidades ensinam é a tradição milenar da legitimidade de bater nas mulheres (e nos escravos) por parte dos seus donos. Por isso os pretextos sexuais foram banalizados (a começar na brejeirice e acabar no sadismo). Aproveitar a fragilização de algumas pessoas em certas circunstâncias para as humilhar de forma irreversível (está à vista pelos testemunhos os efeitos a longo prazo dessas humilhações, junto de centenas de estudantes ao longo dos últimos anos) e as apresentar, depois, como prova do poder dos abusadores. As praxes ensinam os prazeres envolvidos nos abusos, para os abusadores e para as vítimas. Integrados, como dizem, uns nos outros. “Amigos” para o resto da vida, como a heroína ou o jogo ficam “amigos” dos viciados para o resto da vida.

Uma política de prevenção da violência para evitar abusos sexuais de crianças e mulheres, manifestamente, não está ao alcance deste Estado abusador, dominado por uma classe política alheada e corrupta. Também não está ao alcance de um sistema judicial incapaz de servir as populações, tão empenhado que está em servir-se da “economia”. Os reitores, gestores ao serviço da economia política vigente e cúmplices, como a própria sociedade, dos abusadores, foram denunciados pela reitoria da UTAD, cuja política pró-praxe solidária conseguiu denunciar os abusos e dar a volta ao texto. Cabe aos movimentos anti-praxe, aos movimentos feministas anti-violência, aos novíssimos movimentos sociais que procuram reagir contra os abusos perpetrados pelo Estado a pretexto da dívida, aliarem-se entre si e organizarem políticas públicas de prevenção da violência, agindo na sua denúncia, na tomada de consciência da sua ubiquidade, tomando a iniciativa de apoiar as pessoas mais fragilizadas entre nós, em solidariedade, evitando criminalizações que apenas desviam as energias.

2014-02-03